



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu*

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL - EEDH

A CONTRIBUIÇÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO CIDADÃ EM DIREITOS HUMANOS DOS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA CLASSE ASPALHA

LARA ANDRÉIA SANT'ANA CARDOSO

ORIENTADOR: ENRIQUE BESSONI

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação *Latú Sensu*

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL - EEDH

A CONTRIBUIÇÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO CIDADÃ EM DIREITOS HUMANOS DOS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA CLASSE ASPALHA

LARAANDRÉIA SANT ANA CARDOSO

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação em e para os Direitos
Humanos, do Departamento de Psicologia Escolar
e do Desenvolvimento Humano – PED/IP –
UnB/UAB.

Orientador: Enrique Bessoni

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

**A CONTRIBUIÇÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO
CIDADÃ EM DIREITOS HUMANOS DOS ESTUDANTES DO 5º
ANO DA ESCOLA CLASSE ASPALHA**

LARA ANDRÉIA SANT`ANA CARDOSO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. Apresentação ocorrida em 14/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Enrique Bessoni

NOME DO EXAMINADOR (Examinador) (a ser preenchido após a defesa)

LARA ANDRÉIA SANT`ANA CARDOSO (cursista)

BRASÍLIA/2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me proporcionou condições e discernimento para entender como chegar até aqui. Ao meu Orientador Mestre Enrique Bessoni que aceitou o desafio de orientar meus pensamentos e estruturar minha resignificação com tamanho desempenho e dedicação. Aos meus colegas Joel e Beatriz pelos momentos de discussões e no auxílio com as confecções de materiais necessários nas ações pedagógicas. E aos mestres e doutores deste curso em especial Rita Nunes que nos concederam ensinamentos valiosos. Aos meus colegas que durante os fóruns enriqueceram e enobreceram meu conhecimento de vida.

.

RESUMO

O estudo da história dos Direitos Humanos e o cidadão de direito são assuntos muito longe dos currículos das escolas do Distrito Federal, mas o Currículo em Movimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases, a Constituição Federal nos apresenta o cidadão de direito e a obrigatoriedade da escola em formar o cidadão pleno para o exercício da cidadania. Diante disso propusemos aos pais ou responsáveis conhecer a História dos Direitos Humanos, a Carta Universal de Direitos Humanos da Unesco, 1948, o conceito de cidadão ativo, democrático e planetário, rodas de conversas com ações pedagógicas voltadas para a vivência desta cidadania e uma oficina musical com a letra Gente do cantor e compositor Jauperi. O seguimento de PAIS/RESPONSÁVEIS nos propuseram inserir no PPP-Plano Político Pedagógico dois projetos pedagógicos para trabalhar com toda a escola voltados para a construção da formação cidadã em e para os Direitos Humanos.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; Cidadania; Plano Político Pedagógico.

Sumário

I.	Problematização.....	8
II.	Introdução/Justificativa.....	9
III	Objetivos.....	11
	3.1. Objetivo Geral	11
	3.2. Objetivos Específicos.....	11
IV.	Fundamentação Teórica.....	11
	4.1- O Estatuto da Criança e do Adolescente e o seguimento de pais/responsáveis participantes nas decisões da escola.	11
	4.2. O Cidadão de Direito	12
	4.3- A Gestão Democrática, o conceito de cidadania, o seguimento de pais/responsáveis	13
	13
V.	Campo de Intervenção	16
	5.1 Localização, contexto sociocultural	16
	5.2 Função social, número de funcionários, espaço físico	16
	5.3 Projetos pedagógicos desenvolvidos	17
VI.	Ações desenvolvidas na proposta de intervenção.....	18
	6.1 A Prática Pedagógica para a Intervenção.....	19
	6.2 Processo Interventivo.....	20
VII.	Conclusões.....	24
VIII.	Referências.....	26
IX.	Apêndices	27
X.	Anexos.....	29

I. Problematização

Não há como pensar a escola sem a formação do estudante na sua integralidade, a escola de hoje que é responsável pelo cidadão pleno para o exercício da cidadania, nada mais é que formar o ser e sua complexidade física racional, emocional, desenvolver suas inteligências múltiplas que garantam sua perpetuação na sociedade. A escola sai do papel de transmissora de conhecimentos e passa para o papel de formadora de gente, desta forma não há como pensar a gestão democrática sem a participação do segmento de pais/responsáveis, e de todos os demais segmentos, porém este que é totalmente comprometido com a educação que seu(sua) filho(filha) receberá na escola por ele escolhida.

A Escola Classe ASPALHA situa-se numa área de preservação ambiental com características rurais embora seja considerado da cidade do Lago Norte e seu público são filhos de nordestinos que vieram para a capital com o intuito de ganhar a vida.

A questão cultural é bem diversa o que enriquece o contexto escolar. Os estudantes permanecem cinco horas por dia e o plano político pedagógico preocupa-se com a formação humana e cidadã destes.

Considera-se grupo de pais as pessoas de referência de cuidado para os estudantes, isto se deve a diversidade de configurações, portanto passarão a ser nomeados como pais/responsáveis neste texto.

No seguimento de pais/responsáveis a maioria possui Ensino Fundamental II concluído e há aqueles que não sabem assinar o nome. Diante deste fato é necessário traçar um diálogo família e escola para que possa atender seus estudantes e garantir a formação do sujeito de direito.

A educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Logo em seu art. 6º, diz que a educação – juntamente com a moradia, o trabalho, o lazer, a saúde, entre outros – é um direito social. Ou seja, não é um favor do Estado para as pessoas. No art. 205 da Constituição afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Percebe-se que é dever do Estado e o direito de todas as pessoas, sem qualquer distinção, com relação à educação. Também está definido que a família tem deveres (os pais e mães, responsáveis, por exemplo, são obrigados a matricular seus filhos e filhas na escola) e que a educação tem como objetivo o desenvolvimento integral da pessoa e a preparação para a inserção cidadã.

Sendo assim como as noções de Direitos Humanos do seguimento de pais/ responsáveis dos estudantes do 5º ano tem contribuído para a formação cidadã dos mesmos?

É preciso ter conhecimento dos conceitos de cidadania e Direitos Humanos que a família preconiza com seus filhos e filhas para que a escola compreenda como poderá refletir estes conceitos e sua importância para a formação plena e a prontidão para o exercício da cidadania.

Não há como formar o seguimento de estudantes sem que faça uma intervenção com o seguimento de pais/responsáveis, pois é necessário que a família neste caso a primeira célula social seja o ponto de partida na formação de conceitos de suma importância ao cidadão planetário, democrático e ativo exigível para este milênio.

Abordar a educação como um direito humano significa que não deve estar sujeito às condições econômicas dos estudantes ou às regras de mercado. Igualmente não pode estar restrita à condição social, cultural, de gênero ou étnico-racial da pessoa. O importante é conseguir que todas as pessoas possam exercer e estar conscientes de seus direitos.

A escola e a família devem colaborar para esta formação humana e podem levar este estudante a criticamente analisar o mundo no qual está inserido e buscar respostas e soluções na medida que as dúvidas e os problemas forem surgindo, em outras palavras escola e família podem em conjunto preparar este estudante para a cidadania.

Nenhuma parceria seria mais válida e consolidada que a de pais/responsáveis e a escola.

II. Introdução/Justificativa

Em 1990, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei 8.069/1990 desperta para a sociedade brasileira o conceito de direitos das crianças ancorado pela Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases, 9394/1996 é formulada com uma nova função social para a educação. A escola necessita reformular seu papel na formação pedagógica e deixar de apenas transmitir conhecimentos, mas preparar para a formação plena do cidadão de direito.

A sociedade e sua estruturação foram valorizadas nas escolas e estas passaram a ter um olhar inovador para o estudante independente de sua idade e de sua classe de estudo. A ideia de uma gestão democrática com a participação de todos os segmentos que a compõe passa ser valorizada, assim a palavra comunidade escolar ganha força política. Passa a ter o direito de escolher o gestor da escola e ganha força administrativa, pois passa a ter papel significativo nas decisões financeiras, administrativas e pedagógicas da escola. A construção do Plano Político Pedagógico é inovadora quando recebe a participação do segmento de pais/responsáveis na sua elaboração.

O estudo dos Direitos Humanos deverá ser inserido no (PPP) Plano Político Pedagógico para garantir assim a formação cidadã dos estudantes e sua diversidade cultural. O caminho a ser trilhado na batalha para implementar os direitos humanos ocorre, fundamentalmente, pela importância de seu significado e conteúdo. Igualmente implica o conhecimento dos elementos de ascensão da exigibilidade dos direitos previstos na Constituição e nas leis. Assim, a conscientização é parte do processo de democratização efetiva dos direitos.

O que o seguimento de pais/responsáveis pode proporcionar para esta formação é indispensável, pois este estudante é um ser único e social ao mesmo tempo. Na faixa etária do ensino fundamental-séries iniciais o conceito de sociedade gira em torno da sua vida familiar. Para tanto é relevante que pais/responsáveis e escola mantenham um diálogo favorável ao desenvolvimento de estratégias voltadas para a aquisição de conceitos que garantam a formação cidadã dos estudantes.

Este sujeito em formação necessita viver os conceitos de cidadania além do espaço escolar, mas, também na família e nos pequenos grupos sociais que frequenta. Os direitos humanos foram estabelecidos com base na ideia de dignidade da pessoa, assim, de que todo ser humano, deve ser ao mesmo tempo reconhecido e respeitado, como fim de toda organização social e política. Entretanto, muitas lutas foram travadas para se chegar a essa construção. Nesse sentido, para que tais direitos sejam mantidos e aplicados na prática, e para que novos direitos sejam conquistados, é necessário que a luta e outras ações sejam praticadas.

Como este estudante frequenta com assiduidade dois grupos sociais importantes a família e a escola, não tem como ambos não terem um diálogo. Diálogo proposto por este Projeto Interventivo quando reconhece a importância do seguimento de pais/responsáveis na continuidade da fala e dos projetos educativos e pedagógicos da escola.

III. Objetivos

3. 1. Objetivo Geral

* Compreender a contribuição dos segmentos de pais/responsáveis para a formação cidadã em Direitos Humanos dos estudantes do 5º ano da Escola Classe ASPALHA.

3. 2. Objetivos Específicos

*Identificar no seguimento de pais/pais/responsáveis o conceito de cidadania e de direitos humanos.

*Desenvolver com os pais/pais/responsáveis momentos de reflexão sobre cidadania sujeito de direito e cidadão planetário.

* Aprimorar o que a escola deve trabalhar no Plano Político Pedagógico a partir do /trabalho interventivo realizado com os pais/pais/responsáveis do 5º ano.

III. Fundamentação Teórica

Transformações ocorridas no âmbito da sociedade, nas últimas duas décadas, têm uma presença fundamental sobre a família brasileira e sua compreensão sobre a educação e os direitos humanos.

No final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, vimos a aprovação de leis, diretrizes que buscam evidenciar a importância da participação das famílias na escola e a resignificação dessa participação. As famílias brasileiras vêm, ao longo da história passando por mudanças respeitáveis que pautam com a conjuntura sócio-econômica-política do país.

4.1- O Estatuto da Criança e do Adolescente e o seguimento de pais/responsáveis participantes nas decisões da escola.

O parágrafo único do Cap. IV do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), declara que “é direito dos PAIS/RESPONSÁVEIS ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”, ou seja, os pais/responsáveis têm por dever participar da educação dos seus filhos. Sendo assim, a escola deve proporcionar uma parceria com o intuito de alcançar resultados significativos na formação

da criança. Em tempos difíceis e conturbados por inúmeros conflitos, nada mais urgente e necessário que educar em direitos humanos, tarefa indispensável para a defesa, o respeito, a promoção e a valorização desses direitos.

Não há como a escola retardar a discussão e a reflexão do que vem a ser os direitos humanos. Não há como deixar de formar os anos iniciais da Educação Básica em e para os Direitos Humanos. A sociedade e o cidadão de hoje carecem desta formação urgente pois, a necessidade é visível na formação do cidadão ativo, democrático e planetário conforme a nova concepção contemporânea de Direitos Humanos, valorizando princípios humanizados e que garantem a igualdade de todos independente da diversidade, isto nos orienta o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: “Por sua vez inspirada em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência”. (BRASIL,2006, p.15)

A escola, por sua vez deve realizar encontros em que os pais/responsáveis se sintam respeitados, como responsáveis na escolha do que devemos ensinar na escola para seus (suas) filhos (as) e apontar não somente o que ensinar, mas também como fazê-lo. A partir dessa parceria democrática e participativa é que se pode desenvolver uma educação em e para a participação cidadã de todos.

Durante as leituras pode-se compreender que a concepção de criança, infância e família passaram por transformações no decorrer do tempo e que o cidadão que se quer para hoje é muito mais participativo e ativo que o cidadão de duas décadas atrás. Estamos em tempo de desconstruir conceitos como os de cidadania, ética, moral, e reconstruí-los com novos olhares, olhares estes que caibam todas e todos. Vale ressaltar que a concepção de criança, infância, família, cidadão são construções sociais desenvolvidas ao longo da vida.

4.2. O Cidadão de Direito

É correto que o atual momento requer um outro olhar para a criança. Para A Constituição Brasileira, ela é considerada um cidadão, com direitos. No ECA, Lei 8069/90, o art. 3º prescreve:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL,1990)

Assim, a criança que se torna sujeito de um processo, passa a ter e a fazer história, mesmo concebida e tratada diferentemente pela sociedade e em distintos momentos e espaços da história humana.

[...] portanto, a concepção de criança e infância na qual acreditamos é a de que ela é um ser histórico, social e político, que encontra nos outros parâmetros e informações que lhe permitem formular, questionar, construir e reconstruir espaços que a cercam. Apostamos numa concepção que não se fixa num único, que está aberta à diversidade e à multiplicidade que são próprias do ser humano. (KRAMER, 1999, p. 277)

Tanto a concepção de criança quanto a de infância e também de família, são construídos a partir da visão de mundo de uma sociedade, assim sendo um produto histórico e cultural (FRANCO, 2006). Logo, não é possível formular um único conceito, fechado, restrito, sobre o que seja infância, criança e família. Esses conceitos sofrem variações conforme o tempo e o espaço.

Tais conceitos são muito complexos que são construídos de modos diferentes, por cada sociedade em cada tempo histórico. O certo é que a sociedade evolui e ao longo da história a criança desempenha um papel primordial na maior parte das sociedades.

4.3- A Gestão Democrática, o conceito de cidadania, o seguimento de pais/responsáveis

.

O conceito de cidadania e de cidadão também deve ser apropriado para uma educação para a cidadania e pela cidadania partindo do pressuposto que é necessário criar oportunidades de participação para todas as pessoas envolvidas no processo da sociedade. Este conceito também evoluiu com o tempo e no momento é relevante rever como educar a cidadania.

Fundamentando em nossa legislação educacional a Secretaria do Distrito Federal no Currículo e Movimento, (2014, p.54) apresenta a necessidade e a importância do estudo do Eixo Cidadania e Educação em e para Direitos Humanos.

A escola em seu privilegiado espaço de promoção do estado Democrático de Direito, não pode exercer uma prática negativa em relação ao que defende e, assim, colocar em xeque seu papel transformador da realidade, pois conforme vem sendo amplamente discutido em inúmeras convenções nacionais e internacionais, a educação é um direito fundamental que contribui para a conquista de todos os demais direitos humanos .Daí a necessidade de termos a Educação em e para os Direitos Humanos como eixo transversal do Currículo da Educação Básica da rede pública do DF.

Com a gestão democrática as decisões administrativas, pedagógicas e financeiras devem e podem ser tomadas com a participação de todos os segmentos que compõe a comunidade escolar, assim neste caso a preocupação de reunir os pais do 5º ano para que possa discutir o assunto direitos humanos, cidadania, cidadão e possa este segmento opinar de maneira consciente na formação do PPP-Plano Político Pedagógico da escola onde estudam seus (suas) filhos (as).

A Gestão Democrática do Governo do Distrito Federal é regida pela Lei 4.751/2012 que estabelece os critérios que garantem o exercício da democracia dentro das escolas públicas do Distrito Federal.

DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 2º A gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios: I – participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar; II – respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal; III – autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira; IV – transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros; V – garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho; VI – democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento; VII – valorização do profissional da educação.

Ao ler as finalidades e princípios da Gestão Democrática não temos dúvida de que a legislação defende um espaço de respeito e de garantias ao cidadão e sua plena formação.

Percebe-se o respeito do seguimento de pais/responsáveis pela escola e pelo professor dos filhos (as) mas percebe-se a ausência destes no acompanhamento pedagógico da vida escolar dos filhos (as).

A escola já vivenciou três processos de eleição para diretores com a participação de todos os seguimentos inclusive nas audiências de apresentação dos planos de trabalho. No dia das eleições comparecem à urna, fazem a escolha, votam e acompanham a apuração. Vibram quando vencedores e depois, mesmo que não seja a chapa da opção, relacionam-se de maneira civilizada.

As eleições para diretor e vice-diretor permitiram que os segmentos se conhecessem além do espaço escolar, pois houve o envolvimento com todo o processo eleitoral como

confeções de faixas, músicas, audiências para apresentação dos planos de trabalho, panfletos eleitorais e o processo foi dinâmico e satisfatório. Os estudantes participaram com os pais da escolha da melhor equipe e muitos os responsáveis pela decisão do voto dos pais.

O processo legitima a comunidade escolar e a envolve politicamente, porém não garante que a gestão fará um pleito democrático.

Observando os princípios da Gestão Democrática do Distrito Federal percebe-se o desafio de garantir a presença do seguimento de pais/responsáveis envolvido na construção do Plano Político Pedagógico e até mesmo o seguimento de professores que reclamam da demanda do tempo dedicado à construção e que poderia ser usado para planejar suas aulas.

Outro desafio é ter um Conselho Escolar presente e ativo que realmente faça suas reuniões ordinárias e participe das decisões da gestão democrática. O que vivencia no dia a dia é a necessidade de redigir uma ata que altere o calendário escolar, que decida sobre o horário de aula e que é assinada por todos sem na maioria das vezes ser lida. A SEE/DF (Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal) oferece um curso de formação aos conselheiros que nunca participaram pela distância e pelo horário em dia útil de trabalho.

O papel do diretor escolar como sendo aquele que manda e decide tudo sozinho é muito forte dentro do sistema educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal e a Lei 4.751/2012 ainda é nova. A prática de eleições para a escolha do diretor e vice-diretor não é o que garante a democracia do processo e sim todo o contexto de como esta escola será gerida, de como será o olhar do gestor para a comunidade, porém está em formação e amadurecimento.

O maior desafio da gestão democrática é a participação de todos os seguimentos da comunidade escolar e a formação do cidadão pleno para o exercício da cidadania e valorização do professor.

Gerir a escola pública não é uma tarefa muito fácil, pois trata-se de gerir pessoas e a formação de pessoas para exercer a cidadania e o preparo para o trabalho, respeitar as diversidades culturais, as pluralidades e os direitos humanos. É necessário que a equipe gestora esteja afinada e reflexiva aos estudos destes assuntos para motivar a escola, os professores, servidores e estudantes sempre que necessário.

Diante de todos os desafios mencionados a gestão escolar composta pelo diretor, vice-diretor e secretário, desempenha o papel de gestor financeiro, pedagógico e administrativo o que deveria ser desmembrado em uma equipe de gestores sendo um para cada setor com autonomia de organizar a maneira de gerir e as decisões seriam coletivas com a participação dos três gestores. É difícil cuidar do administrativo, do pedagógico e do financeiro quando

poderíamos desmembrar o plano de ação da gestão eleita em três setores. Além disso, importante o fortalecimento dos conselhos escolares e da participação dos pais, pais/responsáveis ou responsáveis no processo educacional.

V Campo de Intervenção

5.1 Localização, contexto sociocultural

A Escola localiza-se muito próxima a área urbana por isso denominada de nível de controle urbano I, isto é, com características rurais, áreas remanescentes e de nascentes, porém vizinha da população.

O acesso dos estudantes é feito pelo transporte escolar e do seguimento de educadores de condução particular, pois o transporte coletivo que é possibilitado tem a parada de ônibus somente na pista a mais ou menos dois km da escola que só tem acesso ao subir uma colina por um trajeto sem asfalto e com de dificuldades.

A comunidade conta com a escola para viver as atividades de lazer por isso atendem com alegria e se fazem presente em todos os convites que são enviados para participarem como Festa Julina, Dia da Família, almoços e quaisquer outros o que não ocorre com as reuniões de PAIS/RESPONSÁVEIS bimestrais.

É cultura da escola criar a oportunidade da participação do seguimento de pais/responsáveis em todos os eventos para garantir que este diálogo seja sempre valorizado e agregado nas decisões pedagógicas.

A clientela tem necessidades financeiras e muitos dos projetos da escola e suas parcerias buscam oportunizar exames oftalmológicos, médicos, psicológicos e outros para que possa ofertar serviços que o salário dos pais/responsáveis não consegue pagar no dia a dia. Logo foi feita a leitura de que se trata de uma comunidade pobre.

5.2 Função social, número de funcionários, espaço físico

A função social da escola é indiscutível pois atende o que a legislação brasileira educacional espera de qualquer unidade escolar a formação plena para o exercício da cidadania.

Art.2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1996)

O espaço físico é pequeno e muito questionado pois só há uma entrada, com os reservatórios de gás logo na frente e próximo a única entrada, as salas são pequenas e em número de cinco atendendo um total de 10 turmas diariamente. As janelas são todas cercadas de grades externas e o pátio é coberto, caso haja qualquer acidente só há um único acesso para a saída dos estudantes. Há os banheiros masculino e feminino e o banheiro de cadeirantes, pois a escola atende a duas crianças, têm uma rampa para acesso das mesmas e o ônibus do transporte escolar é adaptado.

Dez professores atendem as turmas inclusivas com estudantes categorizados e não categorizados, não há salas de recursos, no momento o SOE- Serviço de Orientação Escolar está sem servidor, e os pais reclamam a falta do atendimento. Há um secretário, e um servidor de apoio para cuidar do administrativo. Nota-se que os vigilantes são participativos e ajudam no horário de recreação observando os estudantes. Na cantina escolar há duas cozinheiras terceirizadas que são responsáveis pela merenda, e uma de carreira readaptada que cuida do depósito de merenda. Na limpeza há quatro terceirizados e o rodízio de tarefas possibilita que o trabalho não sobrecarregue ninguém. Na equipe de Gestora há um Diretor, um vice e um secretário.

5.3 Projetos pedagógicos desenvolvidos

Até o ano passado a escola atendia ao programa Mais Educação no horário integral, mas ao fazer a avaliação percebeu que a dificuldade de espaço físico não possibilitou a aplicação da integralidade com qualidade. Diante do exposto o Conselho escolar em assembleia fez uma discussão ampla com o seguimento de professores e elaboraram um Projeto para o ano de 2015 voltado para atender as dificuldades da alfabetização/letramento.

A escola nos anos iniciais do ensino Fundamental trabalha com um Projeto Interventivo Intraclasse e Interclasse e o Projeto Piloto para que todos os seguimentos que compõe a comunidade escolar participem. Foi voltado para os temas de Direitos Humanos e chama-se Tudo bem ser diferente com culminância marcada para o dia 21/11/2015. Neste projeto, durante todo o ano de 2015, a escola falou das diferenças, do respeito as diferenças com a linguagem adequada ao público que recebe desde o infantil ao 5º ano. Foi dividido os temas por bimestre sendo que no 1º bimestre – A diferenças e a família, no 2º bimestre As diferenças e a escola no 3º bimestre – As diferenças e a criança e no 4º bimestre – As diferenças e o planeta.

VI Ações desenvolvidas na proposta de intervenção.

Este projeto interventivo teve a intenção de preparar os pais/responsáveis e posteriormente os estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais da Escola Classe ASPALHA a partir do contexto dos Direitos Humanos a pensarem a diversidade de um cidadão planetário. A escola ao tentar reformular seu papel na formação pedagógica sobre este tema tentou buscar a parceria dos pais/responsáveis considerando ser um forte seguimento social e que também necessitam de conhecimentos sobre os direitos humanos para conduzirem ações, em seus núcleos sociais.

Ao inserir a família para acompanhar aprendizagens no contexto do que a lei dos direitos humanos favorece será esperada a transmissão de uma educação que forme os estudantes em dois meios educativos escola e família e os forme como cidadãos planetários.

É um projeto que tem em seu público alvo família composta de pais, mães avós, tios e tias, na faixa etária de 30 a 60 anos de idade e 38 estudantes do 5º ano do ensino fundamental da Escola Classe ASPALHA, na faixa etária de 10 a 13 anos de idade com 12 meninas 24 meninos e 3 três estudantes com necessidades especiais.

A Escola ASPALHA está inserida em um núcleo rural, não sendo considerada escola rural, por definições do PDOT- Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que tem por função estabelecer critérios e diretrizes para uso e ocupação do solo do Distrito Federal e assegurar a função social da propriedade. A maioria das famílias é morador e trabalhador de chácaras do entorno dessa escola e a minoria vindos das regiões administrativas do Lago Norte, Varjão, Paranoá, Itapoã.

O trabalho foi realizado ao longo de três encontros iniciando com a apresentação da História dos Direitos Humanos e a sensibilização da importância de participação do seguimento de pais/responsáveis nos encontros para discussão do PPP (Plano Político Pedagógico) sobre o contexto do que são Direitos Humanos e a apresentação da Carta de Direitos Humanos da Unesco dentre outras dinâmicas como a roda de conversa, desenhos, músicas.

Na pesquisa-ação ou pesquisa participante, o pesquisador se faz presente ativamente em todo o processo da pesquisa, se envolve na análise crítica do problema e na implantação de soluções para os mesmos. O objetivo da pesquisa participante é estabelecer junção entre teoria e prática, aliados aos métodos qualitativos de pesquisa. Nela o participante é sujeito ativo, podendo interferir em sua própria realidade.

Este projeto foi dividido em três etapas com duração de um mês com a primeira e segunda etapa de instrução da família/pais/responsáveis a terceira etapa com a análise das aprendizagens e registro de resultados investigando e focalizando na influência destes pais/responsáveis sobre as aprendizagens dos Direitos Humanos na escola. As análises foram feitas com a observação direta do grupo de trabalho e a participação do pesquisador, registro das falas dos participantes que no final indicaram o que deveria ser acrescentado no PPP -Plano Político Pedagógico da Escola Classe ASPALHA para ser trabalhado nas turmas de 5º ano com os estudantes de 2016, nos Eixos Transversais do Currículo em Movimento, Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade.

6.1 A Prática Pedagógica para a Intervenção

É com o seguimento de pais e para efetivar o trabalho da Gestão democrática que este trabalho de intervenção foi construído para garantir a participação ativa, direta no Plano Político Pedagógico da escola.

A intervenção foi feita em três etapas com os pais/responsáveis dos estudantes do 5º ano da Escola Classe ASPALHA.

No primeiro encontro assistiram ao filme a História dos Direitos Humanos dublado, documentário produzido por United for The Human Rights e conheceram a Declaração Universal dos Direitos Humanos –Unesco 1948. Participaram de roda de conversas e uma dinâmica em grupo para que pudessem vivenciar o que seria do mundo sem a conquista dos Direitos Humanos.

Estes pais/responsáveis socializaram com a condução do interventor suas ideias, sentimentos, seu conhecimento prévio sobre o conceito de cidadão e cidadania.

No segundo encontro foi trabalhado em grupo a música Gente-Jauperi para iniciar os trabalhos sobre o tema cidadão ativo, democrático e planetário e um fragmento de texto do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Duas questões foram distribuídas para que os pais/responsáveis respondessem o que é mais importante ser ensinado e formado na educação dos seus(uas) filhos(as) pela escola e o que é ser cidadão ativo?

No terceiro encontro o grupo de pais/responsáveis conheceram a proposta do Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal e tiveram condições de sugerir o que ser trabalhado com os estudantes do 5º ano em relação a educação em e para Direitos Humanos e garantir que o estudante tenha na família a continuidade do que será aplicado na escola.

6.2 Processo Interventivo

No primeiro encontro com o seguimento de pais/responsáveis foi apresentado o filme a História do Direitos Humanos dublado, documentário produzido por United for The Human Rights. A princípio todos ficaram calados e pareciam não entender. Ao perceber a dificuldade que o grupo estava para exteriorizar os sentimentos e falar o filme foi repassado por mais duas vezes e após a conclusão foi lançada a pergunta ao grupo o que era direito e o que era humano? Ainda tímido. Perguntaram qual a cena mais chamou a atenção de cada um e por quê? Então as respostas começarão a surgir. Foram divididos em duplas e entregues imagens de situações em que a sociedade sofria. Pediu que olhassem a situação e buscassem identificar o porquê de ter acontecido aquela situação? Será que poderia ter sido diferente? Como a sociedade poderia agir para garantir que não passassem por isso de novo. As imagens são de crianças africanas sendo exploradas em trabalho infantil, crianças morrendo de fome, tortura de mulheres e presos, cracolândias. Num pedaço de folha vermelha escreveram o que sentiram ao ver as imagens nomeando apenas com um sentimento. Após apresentou a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e pediu que no pedaço de folha branca colocasse o número do artigo que poderia amenizar seu sentimento.

Foi questionado ao grupo o que é ser cidadão nesta sociedade? E o que é exercer cidadania nesta sociedade? Uma mãe responde que ser cidadão neste momento é dar condições de estudo para seus filhos cuidarem do Brasil. E do nada todos aplaudem a mãe. E ela ainda completa “num sei lê, e minha fia ler, e ela lê para mim. Ela vai sê direita e não vai fazer mal prá ninguém”.

O grupo falou muito em violência, mostrou uma enorme preocupação com a violência da sociedade atual. Chegou à conclusão que falta falar de paz para ser mais humano.

E assim o pesquisador concluiu a fala do primeiro encontro com o seguimento de pais.

A construção de uma Cultura da Paz não deve ser entendida nem reduzida ao “combate à violência”, nem a “não fazer o mal”. A construção de uma Cultura da Paz deve ser entendida desde uma perspectiva mais ampla: a perspectiva de promover a paz; de fazer o bem; de reconhecer e respeitar os direitos de todos; de promover o desenvolvimento pessoal, econômico e social e; de buscar e incentivar a participação democrática em diferentes níveis sociais, lembrando que “direitos humanos e democracia são dois conceitos que se requerem mutuamente”. (Jares,2002, p.126).

No contexto escolar promover a Cultura da Paz não é diferente, há de ter uma interação muito bem construída entre educador e educandos para que as discussões de assuntos referentes

às necessidades da sociedade estudantil e da sociedade que é significativa a esta escola sejam exploradas por todos os ângulos, por que acontecem? Como acontecem? Com quem acontecem? De que maneira acontecem? Quais os pontos favoráveis destes acontecimentos? Quais os pontos negativos destes acontecimentos? O que fazer? O que deixar de fazer? A quem atinge tais atitudes? Todas as questões devem ser respondidas individualmente e no grupo por todos para que possam refletir a situação e buscar encontrar soluções para melhorar a vida na comunidade escolar. Nesta interação oral palavras como respeito, diversidade, cultura, gente, diferente, são essenciais para a construção e ressignificação de novos conceitos. A cultura da Paz parte do amor e do diálogo, e a interação educador e educando é sustentada no diálogo, logo facilita a promoção de quaisquer atitudes voltadas para novas perspectivas e atitudes.

É importante que cada unidade de ensino tenha no Plano Político Pedagógico ações que valorizem a interação entre os seguimentos que compõem a comunidade escolar e garantam o exercício do diálogo entre estes.

Quanto as ações pedagógicas que podem ser desenvolvidas pelos educadores no contexto da Cultura da Paz devem ser discutidas em grupo com todos os seguimentos e inseridas na proposta da escola para que o todo assuma a responsabilidade de agir pela paz partindo de pequenas atitudes diárias e em todos os grupos sociais que participe.

No segundo encontro com segmento de pais/responsáveis foi distribuído a letra da música Gente do Jauperi e concomitante feito um cartaz e anexado ao quadro com a letra da música em caixa alta e na televisão do ambiente ao tocar a música passava imagens de gente exercendo a cultura da paz, dando as mãos, sorrindo, cuidando do outro, cuidando do planeta sendo humanos.

Novamente o trabalho foi em dupla e distribuído um fragmento do texto do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que foi lido parágrafo a parágrafo e explicado pelo pesquisador. Após foi distribuída uma folha branca para as duplas que desenharam o que entendem a partir daquele momento por cidadão ativo e depois cidadão planetário. Os desenhos foram compartilhados. O seguimento de pais/responsáveis descobriu e ressignificou positivamente o conceito de cidadão ativo, democrático e planetário.

Apresentaram interesse pelo assunto e compromisso em querer mudanças diante da sociedade que seus (suas) filhos (as) viverão. Uma mãe assim afirmou que “Eu falo com meu

marido lá em casa, sou estressada mesmo, mas fico preocupada com meus filhos, eu ensino a cuidar de todos com amor se consegue tudo”.

Em outro depoimento fiel a mãe afirma que “Direitos Humanos é cidadania. Entendo que devemos cuidar da nossa casa se estendendo aos vizinhos, a toda comunidade, cuidando do nosso planeta. Não jogando o lixo fora do local correto. Respeitando os direitos do próximo como religião, sexualidade e outros”.

Apontaram como mais importante para ensinar e educar na escola sobre Direitos Humanos o conceito de ser cidadão, depois a paz do mundo e do lugar onde vive. Foi discutida a importância de se ter paz, isto significa aceitar o outro como ele é, sem lhe impor o certo é o errado, aceitar o negro, gordo, pobre, homossexual e tudo o mais. Falar de respeito ao outro todos os dias nas diversas formas que este valor possa ser apresentado.

O terceiro encontro foi mais aconchegante, os pais levaram chá, biscoitos e pediram para ouvir a música do Jauperi. Iniciou os trabalhos com uma roda de mãos dadas e assim cada um disse em voz alta para o universo o que gostaria de depositar para o bem da sociedade. Palavras impactantes foram pronunciadas como vida, compromisso, planeta, respeito, escola, exemplo, professor, carinho, fé, cuidado, liberdade, segurança, amor, Deus e alegria. Foi entregue fragmento de um texto, Linhas de atuação da Educação em Direitos Humanos do Currículo em Movimento que sistematiza o porquê trabalhar a educação em e para Direitos Humanos.

Essas quatro linhas de atuação devem contar não somente com uma formação teórica, mas também com práticas, mas também com práticas pedagógicas que contribuam para novas formas de relações sociais. Por isso, a formação para os direitos humanos. (2014, p.57 e 58)

O pesquisador fez a condução do entendimento do texto usando fichas que foram anexados no quadro com as palavras principais retiradas do texto como: excluídos, ouvidos, sociedade, participação, compromissos, cidadania ativa, dignidade, ser humano, sustentabilidade, diversidade, crianças,

Esta primeira etapa do terceiro encontro visou convidar o seguimento a conhecer e aprimorar o PPP (Plano Político Pedagógico) da escola, apresentado de forma sintética.

O seguimento de pais estava pronto para opinar o que é importante inserir no PPP para ser trabalhado com os estudantes. Foi sugerido que a escola não trabalhasse somente com o quinto ano, mas que iniciasse o trabalho com toda a escola sobre o que é cidadania e o que é ser cidadão ativo.

“É muito importante ensinar pros meninos e meninas desde cedo a ser cidadão, Pode começar dos pequeno. É bom eles saber. É bom porque quando chegar na escola do CELAN o coração já tá pronto”. Relata de uma mãe que participou dos três encontros.

Sugestionaram apresentar além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente, O estudo da Constituição Federal sobre a família, estudar a importância de cuidar do planeta, convidar os pais e a família para o Dia da família.

“Foi bom demais o que a senhora e os professores fizeram prá nós. O bazar baratinho, a limpeza de pele, o corte de cabelo, pode ter mais dia da família. Foi muito bom demais. Plantar a plantinha, cuidar da terra. Abraçar os filhos da gente e brincar”. Este foi um depoimento de uma mãe.

Assim, após ouvir todos os depoimentos decidiu que os estudantes serão recebidos com uma entrada que falará de assuntos voltados para a formação do cidadão.

No espaço escolar uma metodologia a ser aplicada será o Projeto Entrada Encantada onde toda a escola encontra-se no pátio no horário da entrada e a cada dia é desenvolvida uma atividade lúdica voltada para um tema que abrande a Cultura da paz, a Diversidade Cultural e os Direitos Humanos. As práticas percorrem todos os recursos pedagógicos desde a contação de histórias, apresentação teatrais, declamações de poemas até a oficinas musicais. Neste momento lúdico a escola aprenderá a cuidar do outro e em conjunto valorizar as diferenças.

O currículo que se propõe é um currículo feito por todos, envolvente, participativo, que o educador se sinta responsável por criá-lo juntamente com os outros seguimentos, assim despertará o entusiasmo e novas práticas pedagógicas envolventes surgirão e a educação fluirá da melhor maneira valorizando todas as referências da comunidade escolar, a cultura da paz, os direitos humanos e a formação plena para o exercício da cidadania.

Terá um horário na semana que será chamado de Horário da Cidadania e neste espaço oportuno será estudado o ECA, A Constituição, A declaração de Salamanca e outras leis e documentos pertinentes aos Direitos Humanos e assim as crianças terão o primeiro contato com a Carta Magna Brasileira e se envolverão com questões sociais humanas.

VII Conclusões

A pesquisa de intervenção foi muito rica para escola, pois atingimos o objetivo esperado e o segmento de pais/responsáveis concluíram o trabalho solicitando que promovessem mais espaços de formações como os vivenciados.

Foram três encontros com o seguimento de pais/responsáveis onde conheceram a História dos Direitos Humanos, a Declaração dos Direitos Humanos da Unesco, 1948, o que o novo conceito de cidadão apresentado pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos respaldava a prática da cidadania.

Os encontros deram voz ao seguimento de pais/responsáveis ao partilhar o conceito de cidadania ativa, democrática e planetária e discutirem o que é exercer cidadania no olhar dos Direitos Humanos. O Plano Nacional de Educação em Direitos humanos diz que “ a sensibilização e conscientização das pessoas contribuem para que os conflitos interpessoais e cotidianos não se agravem. Além disso, eleva-se a capacidade de as pessoas identificarem as violações dos direitos e exigirem sua apuração e reparação. (BRASIL,2006, p.36).

Foi enriquecedor os momentos de estudo e de convívio pois percebe-se que uma educação voltada para os Direitos Humanos está muito longe dos currículos escolares do Distrito Federal e quando mencionada a palavra Direitos Humanos conscientemente busca-se a luta de direitos somente de pessoas reclusas do convívio social.

Uma oportunidade ímpar desenvolver esta intervenção e perceber que há muito o que trabalhar e intervir no processo. As falas das rodas de conversas são ricas e nos levam a repensar a educação humanamente. Valorizar o diálogo e não deixar que a falta de tempo afaste a oportunidade de criar espaços de convívio, trocas de experiências, exposições de fatos, decisões coletivas, isto forma grupo, identidade, fortalece falas e é cidadania.

A legislação educacional brasileira nos conduz ao pensamento de que temos a necessidade de compreender o Direitos Humanos associados à luta pela dignidade humana e que o autor principal, o sujeito da própria história é o homem enquanto ser social.

Trabalhar este projeto permitiu ter uma nova visão da escola e de seu papel na formação social da comunidade que a compõe. A Escola é a única Instituição Social fim que tem o contato direto com a sociedade, e que por hora passa por um momento de transformações no Brasil e

mesmo assim ainda tem a credibilidade da sociedade, pois a enxerga como um espaço necessário e de grande valor.

O seguimento de pais/responsáveis propôs para o ano letivo de 2016 duas ações pedagógicas importantes não só para os estudantes do 5º ano, mas toda a escola. A primeira que os estudantes sejam recebidos no pátio com temas planejados referentes aos Direitos Humanos e a cidadania planetária e a segunda ação que se instale o Horário da cidadania com o estudo de toda a legislação pertinente ao cidadão, Constituição Federal, ECA – Estatuto da Criança e Adolescente e temas voltados ao Direitos Humanos e outras que a escola considerar pertinente.

VIII Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Secretaria de Edições Técnicas, 1988
- BRASIL. Lei 4.751 de 07 fevereiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Disponível em <<http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos>>. Acesso em 09/10/2015.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Ano CXXXIV, nº 248, 23 dezembro/2006.
- BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação. *Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos*. Brasília DF: Governo do Distrito Federal: SEE. 2014.
- FRANCO, Maria Elizabeth Wilke, Compreendendo a Infância. A cumplicidade da escola com o conceito de infância. In: Compreendendo a Infância como condição de crianças, 2ª ed. Porto Alegre. Editora Mediação, 2006;
- HISTÓRIA dos direitos humanos, A. United for The Human Rights, 2011. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=8xt0ujMak8E>> Acesso em 02/09/2015.
- JARES, X.R. Educação para a paz: sua teoria e sua prática. Porto Alegre; ArtMed, 2002
- KRAMER, Sônia. Infância e produção cultural. Campinas: Papirus, 1999;
- _____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007<<http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf>>. Acesso 09/10/2015
- UNESCO. 1990. *Declaração mundial de educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Aprovada pela Conferência mundial de educação para todos. Tailândia.

IX Apêndices

Gente/ Jauperi

Eu não gosto de gente que gosta um pouquinho

Eu não gosto de gente fingida

Eu não gosto de gente que não olha no olho

Gente que reclama da vida

Gente que aperta a mão assim sem apertar

Gente que foge e não encara o olhar

Gente que tem medo, gente que enfraquece

Gente que maltrata, gente que aborrece

Gente que não sabe ser gente

Gente, gente, gente

Ô, gente! A gente precisa ser gente

Oxente, A gente precisa de gente

Que abrace, que sorria

Dê a mão, dê alegria

Que abrace, que sorria

Dê a mão, dê alegria

E amor todo dia

Questionário

- 1) O que é ser cidadão nesta sociedade?
- 2) O que é exercer cidadania nesta sociedade de hoje?

X Anexos



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Brasília, 31 de julho de 2015

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Eu, LARA ANDRÉIA SANT`ANA CARDOSO estudante do Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural – EEDH, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Psicologia da Universidade de Brasília, estou realizando uma pesquisa exploratória com foco em Educação em e para Direitos Humanos e Diversidade Cultural. A pesquisa tem como objetivo propor (um Projeto de Intervenção Local – PIL, aplicação de questionários, entrevistas, etc) que contemple ações e projetos para corroborar com a implementação de políticas públicas no campo da (educação, saúde, segurança, etc) considerando a transversalidade de raça e gênero. Solicito, assim, a autorização e o apoio da SEE/DF para Comunicar a Escola Classe ASPALHA visando realizar a coleta de dados para a consecução do estudo.

Ressalte-se que todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos/as participantes e são, absolutamente, confidenciais, não sendo divulgados os nomes dos entrevistados/as, ou quaisquer outros informantes.

Qualquer contato com o pesquisador/a poderá ser feito pelo telefone 8221 7691 pelo seguinte e-mail: lascptu@gmail.com

Agradecemos antecipadamente a colaboração.

Atenciosamente,

Nome: Lara Andréia Sant`Ana Cardoso

Estudante do EEDH - SECADI-MEC

Orientador/a: Enrique Bessoni



**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos
Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
abaixo assinado, declaro que fui informado, de forma clara e objetiva, acerca da
pesquisa de Conclusão de Curso o que tem por objetivo

Afirmo que tenho pleno conhecimento de que, nessa pesquisa, serão realizados os seguintes procedimentos: observação, entrevista semiestruturada, aplicação de questionário e análise de documentos diversos. Estou ciente de que não é obrigatória a minha participação nesse estudo, caso me sinta constrangido antes ou durante a realização do trabalho, e de que os materiais utilizados para a coleta das informações serão destruídos após o registro dos dados. Declaro que tenho ciência de que o pesquisador manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade e que tenho conhecimento de que receberei informações atualizadas durante o estudo, ainda que isto possa afetar a minha vontade de continuar dele participando. Declaro ainda que me foi esclarecido que essas informações poderão ser obtidas por intermédio (nome do aluno, telefone ou *e-mail*) e que o resultado da pesquisa somente será divulgado com objetivo científico-acadêmico, mantendo-se em sigilo minha identidade e da instituição de ensino. Por fim, afirmo estar ciente de que minha participação neste estudo é voluntária e poderei desistir a qualquer momento, não havendo previsão de gastos ou remuneração. E por estar de pleno acordo com os termos ajustados e mencionados neste documento, assinamos o presente instrumento em duas (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília-DF, ____ de _____ de _____.

Interlocutor da pesquisa

Responsável pela pesquisa

